

Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2015

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Explicação da Ementa:

Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.987/1995 (Lei das Concessões de Serviços Públicos), para vedar a interrupção de serviços de energia elétrica, água e telefonia para entidades do Poder Público, caso a interrupção possa comprometer o exercício de atividades de utilidade pública nas áreas de saúde, segurança pública, educação e de proteção à criança e ao adolescente.

Assunto: Administração Pública - Licitação e Contratos**Data de Leitura:** 19/05/2015**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 06/04/2017 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Despacho:****19/05/2015 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Paulo Paim (encerrado em 22/03/2017 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**06/11/2018** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** À COARQ.**06/04/2017** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 244, de 06/04/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 31 a 32).

TRAMITAÇÃO

03/04/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 30).

03/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se no dia 31 de março o prazo, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação da presente matéria pelo plenário.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, o Projeto de Lei vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 105

03/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

31/03/2017 SF-CORELE - Coordenação de Redação Legislativa

Ação: Juntado texto final revisado (fls. 27 e 28).

27/03/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: À Corele.

24/03/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de recurso (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF)

De 27/03/2017 a 31/03/2017

23/03/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer nº 20, de 2017-CCJ, relator Senador Paulo Paim, favorável com Subemenda à Emenda nº 1-T-CCJ, que apresenta.

Anunciado o recebimento do Ofício nº 15/2017-CCJ, do Presidente da Comissão, comunicando a aprovação da matéria, em caráter terminativo, nos termos da Subemenda do Parecer.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. (Art. 91, §§ 3º a 5º, RISF)

Publicado no DSF Páginas 114-128

23/03/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura do Parecer nº 20, de 2017, da CCJ.

23/03/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

TRAMITAÇÃO

22/03/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-T, relatados pelo Senador Paulo Paim.

Anexei o Texto Final do PLS nº 292 de 2015.

Anexei o Ofício nº 15/2017- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 24).

17/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 31ª Reunião Ordinária realizada nesta data, é lido o relatório e adiada a discussão da matéria.

18/03/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

18/11/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 9h30min, o Relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/10/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim.

27/05/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Encerrado o prazo regimental para apresentação de emendas.
Matéria aguardando distribuição.

26/05/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Juntei às 15h a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre (fl. 10).

21/05/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 21/05/2015.
Último dia: 27/05/2015.

TRAMITAÇÃO

20/05/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido na CCJ, às 10 horas e 15 minutos.

Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas, e posterior distribuição.

19/05/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 95

19/05/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 9 (nove) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 292/2015

Data: 19/05/2015

Autor: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Avulso inicial da matéria

Data: 19/05/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.

EMENDA 1-T / CCJ - PLS

Data: 26/05/2015

Autor: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Juntei às 15h a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Davi Alcolumbre (fl. 10).

Relatório Legislativo

Data: 18/11/2015

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 9h30min, o Relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do Projeto, com a subemenda que apresenta à Emenda nº 1-T.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 22/03/2017

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Lista de presença da reunião da 7ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 22/03/2017

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Texto final da Comissão -

Data: 22/03/2017

Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

P.S 20/2017 - CCJ

Data: 22/03/2017

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 7ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-T, relatados pelo Senador Paulo Paim.

Anexei o Texto Final do PLS nº 292 de 2015.

Anexei o Ofício nº 15/2017- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. 24).

Texto final revisado - Projeto

Data: 31/03/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.

Autógrafo - PLS 292/2015

Data: 06/04/2017

DOCUMENTOS

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 244, de 06/04/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 31 a 32).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.